

RESENHA:

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Amanda Sâmela da Silva Gonçalves

Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará – UFPA.

mandahssg@hotmail.com



O livro “Terra e território: a questão camponesa no capitalismo” é uma das mais recentes obras sobre a questão camponesa produzida por Eliane Tomiasi Paulino e Rosemeire Aparecida de Almeida, Doutoradas em Geografia pela UNESP. Paulino, além de atuar no Programa de Desenvolvimento Educacional do estado do Paraná (PDE) desde 2007, é também autora do livro “Por uma geografia dos camponeses”, Coautora do livro “(Geo)grafando o território” e co-organizadora de “Campesinato e territórios em disputa”, publicado em 2009. Já Almeida, não só coordena o editorial, como publica na revista eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, sendo também autora do livro “(Re)criação do campesinato, Identidade e Distinção: a luta pela terra e o habitus de classe”; é coautora de diversos livros, dentre eles, este, o mais recente e abordado nessa resenha. Ambas desenvolvem projetos de pesquisa na área de geografia agrária desde 1993.

Primeiramente, as autoras buscam mostrar de onde vem e quais são os principais interesses da burguesia na terra e nas atividades agrícolas, ressaltando ainda, como o Brasil lidou com essa nova relação nos modos de produção que se difere dos métodos utilizados nos outros países, principalmente dos centrais após a revolução industrial. Estes, que nasceram atrelados aos interesses dos latifundiários, somente ampliaram seu modo de produzir lucro nos moldes da produção capitalista, tentando assim, unir o útil ao agradável. Tal relação agravaria, mais ainda, os problemas que já estavam inflamados em nossa sociedade camponesa: os conflitos agrários. Porém, para entrar nesse contexto abrangente e aprofundado, é que Paulino e Almeida procuram abordar os processos, as divergências,

convergências e a atual situação dos camponeses na sociedade que atende os caprichos do modo capitalista de produção.

Em contraponto ao campesinato, o modo capitalista traz consigo o objetivo de sempre sair-se em vantagem, ou seja, obter seu lucro. Contudo, para isso acontecer é necessário criar formas de obtenção, por exemplo, a alienação da classe proletária, cujo processo de um produto acontece em diversas fases, fazendo com que o trabalhador não perceba o valor exato de sua mão-de-obra. Desta forma, os proprietários que obtêm a grande parcela do que foi produzido, dividem entre o que voltará a ser investido e o que será guardado como ganho, ou seja, a margem de lucro.

O camponês, ao plantar em sua terra, procura atender seu maior objetivo que é a de suprir as suas necessidades de subsistência e de sua família. O contraponto, nascido e alastrado mundialmente via sistema capitalista, procura desfazer o modo campesino de viver, uma vez que, este não tem como intuito maior trabalhar para produzir lucro. Isso faz com que o camponês se depare com o desafio de tentar reproduzir sua tradição aos seus descendentes para que, sua classe não seja extinta. Shanin (2008) resume a questão camponesa, como “Modo de Vida”, basicamente uma espécie de economia familiar.

Conforme Marxistas, os camponeses tiveram seu fim histórico, não apenas por conta da concorrência com os grandes capitalistas agrários a partir de uma suposta inabilidade empresarial para o desenvolvimento das forças produtivas em direção a homogeneização das relações capitalistas, mas principalmente, por uma incapacidade política dos camponeses para a construção do Capitalismo.

Vista sob a tese de homogeneização/unilateralidade das relações capitalistas, e, portanto, das formas sociais materializadas na tendência inexorável à concentração da propriedade, fundamenta-se a problemática camponesa na literatura marxista, sendo que, o ponto de vista das relações capitalistas mostra como condição de progresso, a grande unidade de produção, de modo que o caminho mais curto para atingir o socialismo era apostar em seu desenvolvimento. Em contrapartida, havia a suposição de que as pequenas unidades camponesas, retardavam o progresso da história, por representar um entrave ao desenvolvimento do capital, no sentido da empresa capitalista assegurada na divisão social do trabalho iria impor sua lei da especialização para o aumento da produtividade.

Apesar de Kaustky (1980) ser defensor da ideia de superioridade da grande propriedade, baseado em uma perspectiva produtivista que privilegia o desenvolvimento das forças produtivas, a partir da análise das tendências da 'evolução da agricultura', este foi capaz de identificar a resistência camponesa à concentração da propriedade. Porém

percebeu uma renúncia dos camponeses às práticas capitalistas e, em uma citação mostrou uma das formas de dominação da agricultura pelo capital industrial: “Dá-nos o exemplo concreto, ousado para a época, da firma Nestlé em Vevey, cujos *‘habitantes ainda são, exteriormente, proprietários de suas terras, mas não são mais agricultores livres’*” (KAUSTKY apud AMIN; VERGAPOULOS, 1986, p. 26). Contudo, essa análise tornou-se prisioneira de uma posição dogmática e, projetava ao campo, apenas classes fundamentais do Capitalismo: A Burguesia e o Proletariado.

Com uma crítica de Narodnista, Lênin (1980) passou a reconhecer certo exagero em suas primeiras conclusões sobre a natureza capitalista da agricultura russa, e implicitamente, passou a aceitar a permanência de traços camponeses.

Para podermos fazer um debate a respeito dos elementos constituintes da economia camponesa, é necessário lembrar que Marx (2002) já advertia acerca das diferenças do desenvolvimento do capitalismo na indústria e na agricultura a partir das diferenças decorrentes do comportamento desigual que tempo de trabalho e tempo de produção, assumem nestes setores produtivos.

A natureza peculiar de certos setores da produção agrícola, acaba que por repelir os investimentos capitalistas. Sendo assim, é a partir da teoria do valor do trabalho que se poderá compreender o processo no qual, o valor de troca de qualquer mercadoria seja produzido sob os moldes capitalistas e, também sendo determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la.

De fato, o valor e, por conseguinte, as mais-valia referentes ao tempo que dura a fase de produção, não são iguais. Estas, antes coincidem com o tempo de trabalho, materializado e vivo, empregado durante a exata fase da produção. Separando analiticamente o tempo de trabalho do tempo de produção “improdutivo”, temos que quanto mais coincidirem o tempo de produção e o tempo de trabalho, maiores serão a produtividade e a auto expansão do capital.

O Narodnismo Russo, em fins do século XIX, tinha como lema “Terra e Liberdade”, o qual tinha como objetivo, o aumento da consciência camponesa, por meio de ações concretas.

Envolvendo uma série de contratempos, o tema da liberdade do camponês a partir da conquista da terra na sociedade capitalista e sua importância na economia camponesa, não é senão a forma político-jurídica do sistema capitalista, haja vista que, para a noção de liberdade reinante na democracia burguesa, cada indivíduo tem a sua liberdade limitada pela

liberdade dos demais, situação que se sustenta no pressuposto da igualdade jurídica entre os indivíduos.

Diferenciando a liberdade camponesa da discussão burguesa do ser livre, é importante ressaltarmos que, a desigualdade é produto do sistema social e tem sua origem determinada pela “riqueza, o nível econômico, o que quer dizer a propriedade privada de cada um” (PRADO JR., 1985, p. 14).

Na concepção de liberdade, que se contrapõe à ilusória liberdade burguesa, está inserida a terra camponesa, pois dá ao indivíduo a possibilidade de se realizar como portador de sonhos, de aspirações, como, o desejo de se enraizar no seu “pedaço de chão”.

Em estudos marxistas, a compreensão de que o campesinato estava fadado ao desaparecimento, sobretudo por sua incapacidade em fazer de sua unidade de exploração, um negócio rentável. Porém, fazendo um resgate da participação política dos camponeses nos principais conflitos do século XX, como: Mexicana (1910); Russas (1905 a 1917); Chinesa (1921 em diante); Vietnamita (1961); Argelina (1954); Cubana (1958), onde a permanência camponesa implicou em uma participação decisiva nessas revoluções.

Por mais que estejamos vivendo em um mundo urbano-industrial, com modernização agrícola, a terra continua sendo motivo de disputas, mortes e divisão de classes na qual, uma classe utiliza a terra para extrair renda, lucro e produzir dominação política; de outro lado, encontra-se a classe dos camponeses. Nesta, a terra é usada para viver. E o resumo dessa divisão de classe com objetivos diferentes é apenas um: o território em disputa.

Uma parte contraditória do modo de produção capitalista, é a (re)criação do campesinato como uma relação não capitalista, situação essa que, ao permitir a acumulação do capital via monopolização do território, também contém sua negação, seja na luta contra a transferência de renda, seja na luta direta pela terra de vida e trabalho.

No capítulo seguinte, não mudando o assunto, o enfoque só é repassado aos dias atuais, ou seja, as propriedades privadas da terra e o campesinato do capitalismo contemporâneo. Sob o prisma de teóricos, o capítulo dedica-se a analisar os problemas que incluem os diálogos e contradições de classes próprias do modo capitalista no que se refere a produção atual. Havendo uma relação entre propriedades privadas e acumulação do capital que ao longo será desenvolvida. Esta, portanto, distingue-se de correntes teórico-metodológicas que dão importância ao campo como meio de obter a produção como objeto final, e não ao lucro exacerbado que aumente cada vez mais, de acordo com a demanda do mercado consumidor.

Dentro da ideia de metodologias e teorias, partindo dos conceitos dado por Marx(2002), é valido lembrar que o mesmo dizia que se não produzisse produtos agrícolas além do necessário à subsistência, não existiria o excedente e muito menos a mais- valia, característica forte do sistema capitalista. Dentro da ideia capitalista vale ressaltar que, essa transição de centro comercial para centro produtivo gera certa dúvida a muitos pensadores nascidos no berço das ciências humanas emergentes. No período inicial deste processo, estes ficavam perplexos com a rapidez com que o capitalismo se desenvolvia, o qual, chegando aos dias atuais, alimenta fatores hegemônicos que alienam e desestruturam o proletariado desprovido economicamente.

Ainda, sobre o pacto de classe e políticas dos estado- nações, presente dentro do contexto em uma das abordagens deste capítulo, é importante ressaltar o interesse estatal em relação ao aumento de influência do capital interno, fazendo com que ele subsidie as empresas privadas como estratégia política.

Dentre outras discussões, surge a análise da aliança terra- capital no Brasil, que emerge no cenário geopolítico por meio do debate sobre a segurança alimentar. Esta questão, será notada com a divergência de dualidade em relação à distribuição de alimentos divididas por seus produtores, uma vez que, o modo capitalista vislumbra o mercado externo, muitas vezes, fragilizando o gênero alimentício interno que teria que ser valorizada pelo setor secundário.

Assim, é perceptível no contexto geral do livro que, a cada dia que passa o modo de produção global capitalista está dominando a economia. Para isso, aliado ao seu estado, procura manter seu o mercado externo abastecido a fim de obter influências geopolíticas, que é seu maior interesse. Em contraponto, esse processo vem fragilizando os pequenos produtores e seus modos de subsistência, não somente “atacando-os”, utilizando-se da própria tradição para obter mão-de-obra barata, mas também, depredando o meio ambiente que é o seu maior fornecedor, visto que, abastece seus agronegócios e continua a abastecer o lucro do capital.

REFERÊNCIAS

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João E. (Org.). **Campesinato e Território em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Tradução de C. Iperoig. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A Questão Agrária e o Capitalismo**. 2. ed. Tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LENIN, Vladimir I. **Capitalismo e agricultura no Estados Unidos da América**: novos dados sobre as leis do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Livro I).

Recebido para publicação em 15/11/2015

Aceito para publicação em 08/01/2016